


## Políticas públicas da educação em Guiné-Bissau: desafios para a conquista do direito à educação<sup>1</sup>

Public education policies in Guinea-Bissau: challenges for conquest the right to education

Políticas públicas de educación en Guinea-Bissau: desafíos para lograr el derecho a la educación

**Bruno Gomes** - Universidade Federal do Paraná - UFPR | Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Brasil. E-mail: b.gomes23@hotmail.com | 

**Natalino Neves da Silva** - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG | Departamento de Administração Escolar (DAE) | Belo Horizonte | MG | Brasil. E-mail: professornatalino@gmail.com |

 ORCID

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir os desafios para a conquista do direito à educação na Guiné-Bissau, por meio das políticas públicas, durante o período pós-independência. Essa reflexão torna-se necessária no sentido de elucidar a realidade social contemporânea deste país em termos da garantia desse direito social voltada para a população guineense. Os principais procedimentos metodológicos utilizados foram: i) o exame de documentos oficiais; ii) a realização da pesquisa bibliográfica e iii) a análise de conteúdo. Os resultados obtidos apontam que para a efetividade da garantia do direito à educação relacionada ao acesso e permanência de toda população guineense, conforme previsto nos marcos legais analisados, há um longo caminho de construção do processo democrático a ser percorrido.

**Palavras-chave:** o direito à educação na Guiné-Bissau; políticas públicas da educação; neoliberalismo.

**Abstract:** The purpose of this article is to discuss the challenges for conquest the right to education in Guinea-Bissau, through public policies, during the post-independence period. This reflection becomes necessary in order to elucidate the contemporary social reality of this country in terms of guaranteeing this social right aimed at the Guinean population. The main methodological procedures used were: i) examination of official documents; ii) carrying out the bibliographical research and iii) the content analysis. The results obtained point out that for the effectiveness of guaranteeing the right to education related to access and permanence of the entire Guinean population, as provided for in the legal frameworks analyzed, there is a long way to build the democratic process to be traversed.

**Keywords:** the right to education in Guiné-Bissau; public education policies; neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada por meio da concessão de bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Resumen:** El objetivo de este artículo es discutir los desafíos para lograr el derecho a la educación en Guinea-Bissau, a través de políticas públicas, durante el período posterior a la independencia. Esta reflexión se hace necesaria para dilucidar la realidad social contemporánea de este país en cuanto a la garantía de este derecho social dirigido a la población guineana. Los principales procedimientos metodológicos utilizados fueron: i) examen de documentos oficiales; ii) realizar la investigación bibliográfica y iii) el análisis de contenido. Los resultados muestran que para la efectividad de garantizar el derecho a la educación relacionado con el acceso y permanencia de toda la población guineana, tal como lo prevén los marcos legales analizados, hay un largo camino por recorrer en la construcción del proceso democrático.

**Palabras clave:** el derecho a la educación en Guiné-Bissau; políticas públicas de educación; neoliberalismo.

- Recebido em: 02 de fevereiro de 2021
- Aprovado em: 18 de janeiro de 2022
- Revisado em: 02 de março de 2023

## 1 Introdução

O objetivo deste artigo é discutir os desafios para a conquista do direito à educação na Guiné-Bissau, por meio das políticas públicas, durante o período pós-independência. Essa reflexão torna-se necessária no sentido de elucidar a realidade social contemporânea deste país em termos da garantia desse direito social voltada para a população guineense.

Sem dúvida, os efeitos da colonização portuguesa na sociedade tradicional africana trouxeram sérias consequências em relação à consolidação destes direitos. Já nos dias atuais, a implementação de programas neoliberais de ajustamento estrutural tem ocasionado um verdadeiro impacto na reforma da política da educação.

Não obstante, a partir da década de 90, através da participação dos movimentos sociais, tem sido possível verificar diversas ações sociopolíticas em relação às conquistas dos direitos sociais. Uma delas diz respeito ao processo de institucionalização de importantes documentos legais, a saber: a promulgação da Constituição da República em 1996 (GUINÉ-BISSAU, 1996), a criação da Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE) em 2010 (GUINÉ-BISSAU, 2010) e o Plano Setorial da Educação em 2017 (GUINÉ-BISSAU, 2017), entre outros. Em todos eles é assegurado o princípio do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para toda população.

Dado a natureza do problema, a investigação qualitativa se apresentou como melhor abordagem metodológica a ser realizada (MINAYO, 1992). E nesse caso a pesquisa documental e bibliográfica foram os principais procedimentos de pesquisa utilizados para a coleta de dados. Para tal, em relação à consulta bibliográfica, ela foi feita nas seguintes plataformas científicas: Banco Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro em Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Biblioteca Eletrônica Scientific Electronic Library (SCIELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre outros.

Já no que concerne à parte documental foram analisados os seguintes documentos oficiais, a saber: a Constituição da República (GUINÉ-BISSAU, 1996), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (ORGANIZAÇÃO..., 1979), a LBSE (GUINÉ-BISSAU, 2010) e o Plano Setorial da Educação (GUINÉ-BISSAU, 2017) proposto pelo Ministério Nacional de Educação de Guiné-Bissau, etc. Os dados coletados se constituíram como importantes fontes de informação uma vez que este tipo de pesquisa consiste em uma “[...] técnica valiosa de abordagem de dados

qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (ANDRÉ; LÜDKE, 1986, p. 38).

A análise do conteúdo constituiu o recurso analítico privilegiado por meio da interpretação dos dados. Segundo Bardin (2011, p. 37-38) “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, ou seja, é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica do tipo de interpretação que se pretende com objetivo”, por isso, possibilita com que o pesquisador/investigador utilize as suas habilidades e compreensão na interpretação dos dados. Em outras palavras, ela “procura conhecer aquilo que está por de trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2011, p. 50).

O artigo está dividido em três tópicos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro deles, é apresentada uma breve contextualização histórica do país. No segundo, situam os atuais desafios enfrentados acerca do direito à educação no período pós-independência. Já no terceiro, discute os impactos das políticas neoliberais na educação pública na Guiné-Bissau. Nas considerações finais, aborda que a adoção dessas políticas reverbera de maneira negativa na luta pela conquista de direitos e, conseqüentemente, no processo de construção democrática do país.

## **2 Breve contextualização histórica de Guiné-Bissau**

A República de Guiné-Bissau fazia parte da antiga colônia portuguesa, conhecido como Guiné Portuguesa ou Província ultramarina, situada na Costa Ocidental da África, e é limitada ao Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné Conakry, e Oeste pelo Oceano Atlântico, sua superfície total é de 36.125 km<sup>2</sup>, com uma população de dois milhões, e noventa e cinco mil, e quatrocentos e cinquenta e nove habitantes (2 095 459), tendo como capital Bissau, onde se concentra a maior parcela da população.

O país tornou-se independente por meio do viés revolucionário motivado por uma luta armada que durou mais de uma década de batalha contra o regime colonial portuguesa que se instalou neste país desde o século XV, no ano de 1446 até os finais do século XX, concretamente no dia 24 de setembro de 1973, data em que foi derrubado o regime imperial portuguesa na Guiné-Bissau, mas a sua independência só foi reconhecida pelo Estado português depois da revolução de cravo no ano de 1974, ou seja, depois do fim do regime autoritário do “Estado Novo” de António de Oliveira Salazar (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

A República de Guiné-Bissau divide-se administrativamente em oito regiões mais o setor autónomo Bissau. As regiões são: Biombo, Cacheu, Bolama, Oio, Quinara, Tombali, Bafatá, Gabú. Além disso, o país é caracterizado pelas suas diversidades étnicas e culturais, na qual abriga cerca de trinta grupos étnicos espalhados pelas diferentes regiões e setores. Do ponto de vista histórico, antes da invasão colonial, os diferentes grupos étnicos desenvolviam laços de relações relativamente pacíficas entre si e de respeito mútuo aos territórios de cada um. O sistema comunitário estruturava-se por meio de atividades de subsistência, tais como: caça, plantação de arroz, trocas de alimentos cultivados, entre outros.

De acordo com o estudo sobre a Guiné-Bissau realizada pela Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (ANEME), em 2018, considera-se a etnia Balanta é a mais numerosa com a representação de 27% da população, seguindo por Fulas com 23%, Mandingas 12%, Mandjacos 11% Pepel, Felupes, Baiotes, Mancanhas ou Brames, Biafadas, Nalus e os Bijagós e outros somando os 17% restantes.

Do ponto de vista religioso, antes do contato com os colonizadores ocidentais, na Guiné-Bissau existiam práticas religiosas cada grupo étnico possuía sua forma de comunicar com seus ancestrais com base nas suas tradições socioculturais (AMONA, 2022). Mas, devido a forte presença do Islã na África Ocidental, especialmente nos países vizinhos da Guiné-Bissau (Senegal e Guiné-Conacri), faz com que o processo de islamização atingisse um considerável número de grupos étnicos, que optam por abandonar suas crenças tradicionais para aderir ao islã.

Os primeiros grupos muçulmanos a adentrarem nesta região para fazer comércio e proselitismo não eram nem sunitas, nem xiitas. Eram na verdade de uma ideologia dissidente denominada Kharidjismo que pregava uma igualdade entre os fiéis perante Deus (Allah), um ascetismo contra o luxo e exageros materiais e a possibilidade de qualquer muçulmano, dependendo apenas de seu conhecimento e carácter moral, ascender ao posto de Califa. Essa ideologia religiosa ganhou bastante força entre os berberes do interior e chegou à África Ocidental através de comerciantes de seita Kharidjita dos ibaditas. (SILVA, 2012, p. 23).

Situação parecida aconteceu com o processo de evangelização e catequização relacionada ao cristianismo. Os colonialistas portugueses ao desembarcarem no país, uma das estratégias de dominação utilizada foi disseminar discursos e práticas que desqualificam e demonizam as religiões nativas com objetivo de promover a conversão religiosa cristã (SILVA, 2012).

As duas correntes religiosas supracitadas de certa forma penetram na sociedade africana. O propósito político-religioso e ideológico imperialista estava relacionado à conquista, conversão e dominação. Na Guiné-Bissau a maior parte da população recusou abandonar suas religiões.

Nesse sentido, houve resistências. Porém, com o passar dos tempos é perceptível verificar a influência dessas religiões. Em 2022, 45,1% da população declaram-se muçulmanas, 30,9% religião africana (pejorativamente denominada pelo ocidente de animista), 19,7% declaram-se cristãs e 4,3% da população declararam sem religião.

Do ponto de vista cultural, a influência do passado colonial foi fundamental para que a língua portuguesa fosse transformada em idioma oficial do país mesmo sendo ignorada pela maioria da população. Em outros termos, apenas 27,1% da população têm o português como a primeira língua, “enquanto que o crioulo é a língua-franca entre as diversas etnias e falada por cerca de 90,4% da população e sem contar com as línguas maternas dos grupos étnicos” (ANEME, 2018, p. 8).

No que diz respeito à educação, conforme Cá (2004), antes da colonização portuguesa na Guiné-Bissau, não existiam instituições especializadas para o ensino e aprendizado, tal como hoje, a aprendizagem se dava de forma coletiva e em todos os espaços de convivência social entre os membros da comunidade. Os homens (os mais velhos) eram responsáveis pela educação dos mais novos, ensinavam-lhes as estratégias da caça dos animais, das pescas, cultivar a terra, a arte de sobrevivência contra ataques dos animais ou de outras comunidades, trabalhos coletivos, também aprendiam os valores culturais, códigos de comunicação tradicionais com os ancestrais, ritos de iniciação e de passagem. Enquanto que as mulheres eram responsáveis por ensinar as meninas os trabalhos domésticos, cuidar de casa, dos filhos(as), da colheita, porque havia (e ainda há) uma divisão de gênero na Guiné-Bissau (CÁ, 2004; VIEIRA TÉ, 2018).

No que concerne à educação, antes o período de independência, os portugueses foram os responsáveis pela construção dos edifícios escolares e, por conseguinte, pela implementação do ensino formal no país. Interessa-nos, no entanto, refletir sobre a educação durante o período pós-independência buscando averiguar os desafios atuais relacionados à conquista do direito à educação.

### **3 Educação durante o período pós-independência entre 1973-2019**

A independência de Guiné-Bissau, em 1973, foi seguida da criação de um novo regime de governo que tinha como base os princípios ideológicos Pan-africanistas de formação do homem

novo<sup>2</sup>. Na ocasião, a construção de estratégias políticas relacionadas à implementação do então denominado Programa Maior ficou sob a responsabilidade do único partido político que é o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC).

Já, nesse momento, a educação passou a ser uma das principais temáticas dos debates e discursos políticos, ou seja, havia uma proposta de criar um sistema nacional de educação eficiente que objetivava superar as heranças coloniais.

Perante a complexa situação gerada, impunha-se uma tomada de decisão de fechar as escolas herdadas do colonialismo até a concepção de um projeto global para o país em que se definisse uma política educacional clara e se formassem os quadros necessários à execução. Tratava-se de construir um novo sistema educativo, para um novo contexto social, orientado para objetivos genuínos, decorrentes dos novos ideais políticos ideológicos forjados durante a luta pela libertação nacional. (FURTADO, 2005, p. 334).

Contudo, a fragilidade econômica do país herdado pelo primeiro governo após a sua independência, ao longo dos tempos, é pouco mencionado por vários autores e analistas da educação em Bissau (CARDOSO, 2002; CASSAMÁ, 2014; FURTADO, 2005). Destaca-se ainda que o conflito interno que estava surgindo internamente no PAIGC entre diferentes grupos com interesses opostos, contribuiu negativamente para a criação da estabilidade política e social no país, após a expulsão dos colonialistas portugueses.

Por esse motivo, as pesquisas supracitadas suscitam a necessidade de entender a articulação entre uma sequência de acontecimentos políticos e militares ocorridos durante o período pós-independência nacional e a conquista do direito social à educação pública, gratuita e de qualidade.

Para tal, é importante situar a destituição do primeiro Presidente da República Luís de Almeida Cabral por meio de um golpe militar no dia 14 de novembro de 1980, executado pelo dito Movimento Reajustador sob a liderança do então General João Bernardo Vieira (Nino Vieira), que dias depois se autoproclamou o Presidente da República. Desde então, ele governou o país até a realização da primeira eleição democrática e multipartidária em 1994, na qual se saiu como vencedor dessa disputa eleitoral e permaneceu na presidência até junho de 1998.

---

<sup>2</sup> Pan-Africanismo foi um movimento contra hegemônico criado no século XX, de caráter social, filosófico e político, com propósito da união dos povos da África e da diáspora para lutar pela independência dos países africanos que estavam sob o domínio colonial europeu. Seus principais precursores foram: Henry Sylvester Williams de Trindade Tobago, Marcus Musiah Garvey da Jamaica e William Edward Burghardt Du Bois dos Estados Unidos de América.

Em 1998, marca outro importante acontecimento que marcou a história moderna da Guiné-Bissau. Desta vez foi à destituição do então Presidente Nino Vieira por meio de uma guerra civil que aconteceu na cidade de Bissau com a duração de onze meses de violências que ceifaram centenas de vidas de inocentes, motivada por interesses particulares de lideranças políticas.

Durante este período, as forças governamentais estavam sendo apoiadas pela segurança dos países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e outros países do Ocidente. Ao passo que seus adversários, internamente, autodeclarados de “Junta Militar”, formada por antigos combatentes militares e generais, comandada pelo então general Ansumane Mané ex-chefe de Estado Maior e brigadeiro general das forças armadas, promovia o processo de insurreição contra o poder instituído (HARMAN, 2009).

Depois desses acontecimentos, com a instauração da normalidade constitucional verificada a partir do final do século XX e início do século XXI, tem-se observado sucessivas transições de governos que assumem o poder respeitando, em tese, os princípios democráticos (LOPES, 1996). A ruptura desses princípios se dá devido ao fato de que os interesses partidários e particulares sobrepõem a garantia dos direitos sociais, comprometendo com isso a formulação e implementação das políticas públicas da educação nacional.

Os dados estatísticos relacionados ao analfabetismo são bastante elucidativos, a esse respeito. Os índices apresentados na última pesquisa realizada sobre a situação do analfabetismo no país, promovido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em colaboração com Ministério da Economia através do Plano da Integração Regional em 2009<sup>3</sup>, revela que a taxa de analfabetismo da população é altamente elevada, conforme demonstrado na tabela 1.

Os dados elucidam que há uma incidência maior do analfabetismo nas populações de jovens, adultos e idosos de 15 e/ou mais anos de idade em regiões rurais de Guiné-Bissau. Regiões como SAB apresentam um total de 77,1% da população analfabeta. Essa alarmante situação também se verifica em outras regiões rurais, a saber: Bolama 53,3%, Cacheu 52,2%, e Biombo 51,6% (GUINÉ-BISSAU, 2009).

A ausência de um Plano Nacional de Integração Regional de Educação no sentido de assegurar o acesso e a permanência à educação pública de modo a atender as especificidades da

---

<sup>3</sup> Estes dados foram obtidos a partir do último levantamento oficial da situação da escolarização realizada em 2009. Desde então eles não foram atualizados. Assim sendo, os números apresentados estão sujeitos às alterações levando em consideração o período atual.



população residentes nestas regiões contribui para elucidar a tragédia do analfabetismo nas zonas rurais.

**Tabela 1** - Nível de alfabetização por sexo e regiões segundo a população de 15 + anos.

Região	Nível de alfabetização						
	Alfabetizados				Analfabetos		
	Total	%	Masculino (%)	Feminino (%)	%	Masculina (%)	Feminino (%)
Guiné-Bissau	100	41,6	58,2	41,8	49,7	36,8	63,2
Tombali	100	53,8	62,8	37,2	39,6	35,5	64,5
Quinara	100	49,6	63,8	36,2	45,5	34,6	65,4
Oio	100	64,8	65,3	34,7	30,3	38,3	61,7
Biombo	100	43,8	57,9	42,1	51,6	33,0	67,0
Bolama	100	40,4	57,0	43,0	53,3	36,8	63,2
Bafatá	100	58,1	59,2	40,8	36,3	39,9	60,1
Gabú	100	63,1	59,4	40,6	32,6	41,3	58,7
Cacheu	100	44,5	60,2	39,8	52,2	31,3	68,7
Sab	100	20,1	54,6	45,4	77,1	31,6	68,4

**Fonte:** GUINÉ-BISSAU. III RGPH/2009: terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009. Bissau: INEI Guiné-Bissau, 2009. p. 25.

Ademais, os dados apontam que há uma profunda desigualdade em relação ao nível de analfabetismo entre homens e mulheres. No caso da frequência escolar em outros níveis da escolarização básica, sobretudo, aqueles ofertados na capital, o levantamento apontou que há uma certa proximidade entre as mulheres em relação aos homens. Ainda assim, existe um declínio em relação ao acesso e permanência do grupo feminino entre 18-25 anos de idade no ensino superior, por exemplo.

No grupo etário que representa a faixa de escolarização (6-17 anos), a frequência escolar é mais elevada, porém, uma proporção considerável de crianças ainda se encontra fora do sistema educativo. Em nível de gênero neste mesmo grupo de idades, nota-se quase a mesma paridade entre a camada feminina e masculina tal como se pode observar as mulheres nas idades entre 12-17 anos, por serem a maioria, têm uma percentagem de frequência maior que a dos homens. De notar de que depois desta faixa etária, isto é 18-24 e 25 e mais anos, verifica-se um declínio em favor dos homens devido a vários fatores tanto culturais, econômicos como do próprio funcionamento do sistema educativo. (GUINÉ-BISSAU, 2009, p. 39).

No que concerne às implicações históricas relacionadas à evasão escolar e a taxa de analfabetismo feminino, Vieira Té (2018) analisa que na sociedade tradicional guineense, principalmente nas zonas rurais, a maioria das mulheres é proibida de ingressar na escola. Uma das explicações socioculturais dadas é que este espaço não as pertence, limitando com isso somente aos homens o direito à educação. Portanto, enquanto o grupo masculino frequenta a instituição escolar as mulheres, em contrapartida, são obrigadas a ficar em casa para auxiliar com as tarefas domésticas.

De igual modo, constata que a baixa representação das mulheres nos poderes governamentais deve-se pelas desigualdades sociais em relação ao acesso e a permanência nas escolas (IMPANTA, 2017).

Sendo assim, a construção e reprodução de discursos sexistas, machistas e discriminatórios prevaleceu e, infelizmente, ainda permanece no imaginário da sociedade guineense. Contudo, por pressões de lutas sociais o artigo 24º da Constituição da República garante que todos os cidadãos e cidadãs são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, gênero, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica (GUINÉ-BISSAU, 1996).

Desde então, a presença das mulheres nas escolas começou a crescer anualmente. Não obstante, há setores sociais que resistem em aceitar, inclusive, a presença das mulheres nas universidades, como relata Candé Monteiro,

Já não me lembro de quantas vezes fui interpelada em Bissau pelos meus familiares e amigos, que me perguntavam o que tanto estudava e que estudo era esse que nunca mais terminava? Meus colegas todos já estudaram, se formaram e casaram, e, eu ainda estudando no Brasil. Diziam-me que eu não tinha marido nem filhos. Perguntavam quando é que iria me casar e ter filhos? Para que tanto estudo? “Mulher que estuda demais assusta homem!” Diziam. (2013, p. 5).

O Estado funciona, no seu turno, como mecanismo de manutenção dos privilégios de um determinado grupo e classe social. Segundo Casimiro (2004), uma das principais falhas do projeto de modernização do país, após a independência, foi a não incorporação das mulheres na agenda do desenvolvimento e no plano de governança.

Este e outros fatores ocasionam profundas desigualdades por gênero que se realizam por meio da imposição às mulheres de não frequentarem o sistema escolar, a iniciação prematura no casamento, a violência feminina e a indução de valores socioculturais e religiosos verificados na tradição social, entre outros.

Constata-se ainda que o elevado índice de analfabetismo nas regiões analisadas está relacionado com os seguintes fatores: **a)** a centralização da maior parte das escolas do ensino básico no centro da cidade de Bissau; **b)** a ausência de uma política pública eficiente de acesso e permanência das crianças, jovens e adultos nas escolas das zonas rurais; **c)** o baixo investimento do Estado na área da educação; **d)** a falta de profissionais qualificados(as) para atuar nas regiões e setores distantes do centro da cidade; **e)** a desigualdade de gênero e socioeconômica em relação ao acesso e permanência no ensino público, entre outros.

Para Furtado (2005), a preocupação de reduzir o analfabetismo com vista assegurar a igualdade desse direito social, após a promulgação da Constituição, fez com que Guiné-Bissau firmasse acordos de cooperação bilateral com diferentes países e organizações internacionais com o propósito de mobilizar recursos econômicos voltados para implementar políticas públicas de educação (CÁ, 2004). Com isso, nas últimas décadas, é notória a interferência tanto do Fundo Mundial Internacional (FMI) como do Banco Mundial (BM) na educação pública do país. Os princípios e as diretrizes das políticas neoliberais, além de criar uma dependência política intervencionista, operam a partir de uma lógica da educação como mercadoria. De acordo Burton (2014, p. 327),

O neoliberalismo na política e nas políticas educacionais iniciaram depois dos anos 1970 e parecem ter alcançado um status monolítico na literatura desde então. Ao enfatizar o papel do mercado e dos fornecedores privados e a ação no campo da educação, o estudo das políticas educacionais tornou-se de certa forma limitado ao negligenciar o papel de outros atores e até onde eles podem influenciar o processo.

A reforma da educação básica ocorreu no país no início dos anos 2000, e foi financiada, dentre outros, pelo Banco Mundial. Contudo, mesmo após a realização da reforma persistem antigos problemas relacionados à educação pública, quais sejam: o inadequado funcionamento das escolas, a falta da infraestrutura escolar, a baixa remuneração dos profissionais da educação e a não garantia desse direito social para todos(as), etc.

Na verdade, o processo de implementação das políticas intervencionistas neoliberais na Guiné-Bissau teve como principal preocupação, entre outras coisas, propor a reestruturação curricular por meio de um sofisticado sistema de avaliação global (MAINARDES; STREMELE, 2010). Em decorrência disso, constata a desvalorização das instituições públicas de educação em detrimento à valorização das redes privadas de ensino.

#### **4 Abertura democrática na Guiné-Bissau e os impactos do neoliberalismo nas políticas públicas da educação nacional**

O início dos anos 90 foi marcado por grandes transformações políticas e econômicas na Europa e nos Estados Unidos devido à reorientação da política adotada pelo FMI conhecido como Consenso de Washington. Foi neste período que o Banco Mundial anunciou o programa de ajustamento estrutural para que os países credores que estavam em crise reestruturassem suas economias no sentido de retomar as produções internas, e criando mecanismos para fortalecer o comércio com o mercado internacional.

Diante deste novo cenário político, os países em desenvolvimento como os da América do Sul e da África são condicionados a cumprir as recomendações impostas pelo FMI, BM, entre outros, com vista a se beneficiarem dos créditos disponibilizados por essas agências financeiras para salvar suas economias e seus povos.

Ao promover o desenvolvimento econômico e social no Terceiro Mundo, acelerar políticas econômicas orientadas ao mercado e preservar uma reputação de imparcialidade e competência, o [Banco Mundial] encoraja os países em desenvolvimento a participarem mais plenamente em um sistema internacional baseado em fluxos de comércio e capital liberalizados. (PEREIRA, 2013, p. 362).

A política neoliberal de ajustamento estrutural teve adesão por parte das autoridades políticas guineenses como oportunidade para superação da crise econômica interna a qual o país enfrentava desde os primeiros anos da sua independência. Situação essa que se aprofundou ainda mais com o golpe de Estado em 1980 que derrubou o presidente Luís Cabral e institucionalizou o regime autoritário do general João Vieira (SALECHA, 2022).

Esse regime antidemocrático contrapunha as regras estabelecidas pelas agências financeiras. Logo, o país se viu obrigado a fazer reformas políticas, para não ficar excluído da nova economia global. Gomes e Mané (2022) refletem a esse respeito que a reforma realizada ocasionou as seguintes alterações: a revisão do texto da Constituição Federal, a criação de novos partidos políticos e o fortalecimento do setor privado na área da educação, entre outros.

A mudança do sistema de governança possibilitou a organização da primeira eleição multipartidária na Guiné-Bissau em 1994 e, conseqüentemente, a revisão da Constituição da República em 1996, com atribuição do Estado a responsabilidade de garantir os direitos fundamentais (direito civil, político e social) para todos, permitindo com isso “possibilidades da democracia participativa e deliberativa, às tentativas de superação da ideia do voto como único meio da participação do cidadão na política, às propostas de inclusão e participação das minorias sociais na política” (M´BUNDE, 2017, p. 46).

E mais, a abertura do sistema sociopolítico democrático frágil possibilitou a institucionalização e maior participação política da sociedade civil por meio dos movimentos sociais. Em Bissau, esses movimentos têm reivindicado, em suas lutas em favor da educação, justamente o cumprimento desses direitos preconizados na Constituição e no conjunto de leis complementares que preconizam o direito social de oferta da educação pública, gratuita e de qualidade para toda a população.

A luta em defesa do direito à educação pública emerge, portanto, nesse contexto. Todavia, o que se verifica é que os direitos sociais são transformados em privilégios de um determinado grupo ou classe social que detém o monopólio político. Em razão disso, é frequente notar: greves no setor público, casos de corrupção no aparelho de estado (executivo, legislativo e judiciário), sentimento de impunidade social, entre outros.

Pode-se definir a crise ou interrupção da democracia causada pelos partidos como uma sistemática condição de mudanças políticas que dão condição à existência de novas conformações de poder político e/ou partidário não sufragadas ou não resultantes da vontade popular expressa nas urnas. [...]. Não deixa de ser recorrente o ato de destituição de governos, especialmente, quando há conivência de alguns ou uma parte de parlamentares em não mais apoiar a base do governo deposto pelo Presidente. Com a repetição do uso desses mecanismos políticos e partidários que se têm tornado convencionais na política guineense, cria-se um círculo vicioso de instabilidade política e institucional prejudicial à consolidação democrática. (M'BUNDE, 2017, p. 51).

A fragilidade democrática contribui de forma negativa para o fortalecimento das políticas públicas de educação existentes no país. A esse respeito, são notórias as repreensões policiais exercidas sobre os movimentos sociais que lutam pela consolidação da democracia e, conseqüentemente, pela defesa das escolas públicas (GOMES, 2021, GOMES; SILVA, 2022).

A luta desses movimentos é, entre outras coisas, para que se cumpra o princípio constitucional expresso no artigo 16 da Constituição de República de 1996, que diz: “a educação visa à formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso” (GUINÉ-BISSAU, 1996, p. 33).

No entanto, conforme dados divulgados pela Agência Portuguesa de Notícias E-Global, em 2019, mais 29% das crianças ainda estão fora do sistema educativo. A Campanha de Educação Para Todos (RECEPT-GB) identificam outros tipos de violações dos direitos humanos,

Os membros das redes da RECEPT-GB afirmam que o direito está muito longe de ser uma realidade no país, uma vez que mais de 29% das crianças em idade escolar de 6 a 16 anos estão fora do sistema escolar. Numa carta aberta à denúncia de “violação de Direitos a Educação” pelos sucessivos governos guineenses, as Organizações da Sociedade Civil que atuam no setor de Educação e Ensino na Guiné-Bissau defendem que Guiné-Bissau precisa abrir escolas, e não fechá-las, para administrar o ensino público de qualidade, denunciando também a inexistência das instituições escolares em todo o território nacional. A título de exemplo, as organizações avançam que há secções e aldeias sem infraestruturas escolas do ensino básico do 1<sup>a</sup> ao 4<sup>a</sup> ano, e as crianças são obrigadas a procurar o ensino formal nos países da sub-região, nomeadamente a Guiné-Conakri e no Senegal. (SEIDE, 2019).

Diante dessa situação, no início deste século, surgiram várias organizações da sociedade civil e movimentos sociais estudantis que estão mobilizados em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Elas têm organizado manifestações sociais de modo a incentivar a participação popular como forma de pressionar os sucessivos governos a assumirem suas responsabilidades em relação à garantia dos direitos sociais.

O relatório do Ministério Nacional da Educação elucida que a taxa crescente de abandono escolar de pessoas pobres ocorre nas zonas rurais do interior do país,

O perfil de escolarização numa geração permite que em 77 alunos que iniciam a escola primária, 63 chegam ao fim do ciclo, pode assim estimar-se uma taxa de abandono é de 18%. Este nível de abandono é bastante elevado e reflete um desperdício de recursos que são permanentemente escassos na Guiné-Bissau. Com efeito, sabendo que é necessário um ciclo primário completo para alfabetizar de forma durável, observa-se que os recursos despendidos com 18 crianças em 100 não permitem atingir este objetivo. (GUINÉ-BISSAU, 2015, p. 32-33).

Mesmo diante desse diagnóstico, o número de instituições escolares nas zonas rurais é insuficiente para diminuir o fenômeno da evasão escolar. Nessa perspectiva, o Ministério Nacional da Educação não tem criado também políticas públicas de educação descentralizadas de modo a reduzir desigualdades sociais em termos de gênero, classe e região.

A esse respeito, as dificuldades enfrentadas na Guiné-Bissau em garantir o direito à educação pública estão articuladas com interesses mercadológicos privatistas observados nesse setor uma vez que “o debate ideológico sobre a privatização da educação ocupa um espaço importante na questão das desigualdades sociais, uma vez que a privatização modifica completamente a visão que a sociedade tem da escolarização” (ENNAFAA, 2012, p. 167).

Segundo Furtado (2005), as escolas privadas surgiram no país depois da primeira reforma de educação no início da década de 1990 por meio das iniciativas de alguns empresários e corporações nacionais e internacionais que estavam preocupados em criar escolas privadas com propósito de atender as demandas das populações locais, oferecendo o ensino através de cobranças de mensalidade.

Desde então, o setor privado de ensino se expandiu para diferentes bairros do centro de capital, se transformando numa das mais rentáveis redes de negócio de empresas privadas. Diferentemente das instituições públicas, as aulas ali ministradas funcionam normalmente durante o período letivo sem quaisquer interrupções ou greves dos profissionais da educação e muito menos sofre interferência da ação sociopolítica realizada pelos movimentos estudantis. O

setor dispõe ainda de maiores condições de infraestrutura de modo a atender o desempenho escolar estudantil.

Por esse motivo, é notório o desejo de estudantes residentes tanto do centro da cidade de Bissau quanto das zonas rurais de estudarem nas escolas privadas visto que, “a política expansionista traz agora novos ingredientes: há um visível processo de concentração, através da criação de universidades, mediante a incorporação de escolas isoladas privadas já em funcionamento, e preferência por regiões com potencial de desenvolvimento urbano-industrial” (DURHAM; SAMPAIO, 1995, p. 131).

Nesse sentido, cabe ressaltar que há uma variedade de experiências em relação à oferta de educação no país (autogestão, comunitária, madrassa, entre outras). Contudo, é visível a distinção entre a educação pública e o ensino privado (ênfase no setor por parte do governo) no âmbito do sistema de educação.

Com isso, as distintas experiências de oferta da educação hoje existentes na Guiné-Bissau interferem diretamente na luta pela garantia desse direito social. Nesse sentido, o público alvo que mais sofre pela insuficiência de instituições escolares públicas que ofertam o ensino básico é a maior parte da população do país residente em zonas rurais.

As estruturas e as ações educativas ainda são muito centralizadas e pouco diversificadas. Isso faz com que a adaptação às características regionais se torne difícil, o que limita, em consequência, a participação das comunidades e a inserção em seu meio. O sistema não consegue contribuir para reduzir as assimetrias de desenvolvimento regional e local nem garantir a igualdade de acesso às crianças. As melhores escolas e os melhores professores continuam sendo privilégios da capital e de algumas cidades do centro urbano. (SANÉ, 2018, p. 67).

Essa parcela da população é excluída, na maior parte das vezes, da tomada de decisão relacionada ao processo de elaboração e implementação das políticas públicas da educação nacional. A interferência do projeto neoliberal resulta ainda em fechamentos de escolas públicas. Isso ocorre devido à sua precarização que se realiza por meio da falta de recursos relacionados à manutenção de infraestrutura, a ausência da compra de materiais didáticos necessários, bem como baixos salários destinados aos profissionais da educação, entre outros.

## **5 Considerações finais**

Em nossa abordagem discutimos que apesar de Guiné-Bissau ser um país constitucionalmente democrático, na verdade, o que se verifica em sua realidade social, é o

processo de constituição de uma frágil democracia. Nesse sentido, a participação sociopolítica dos movimentos sociais, sobretudo, durante o período pós-independência, tem sido de fundamental importância. É por meio dessa participação que os direitos políticos, civis e sociais foram garantidos em marcos legais como: a Constituição da República (GUINÉ-BISSAU, 1996), a Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE) (GUINÉ-BISSAU, 2010) e o Plano Setorial da Educação (GUINÉ-BISSAU, 2017), etc.

Na história revolucionária de libertação colonial do país a luta pela defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as) sempre foi reivindicada por seus revolucionários(as). Afinal de contas, a conquista emancipatória da consciência popular passa necessariamente pela aquisição do direito à educação e a cultura da população guineense.

De lá para cá, o que se verifica, no entanto, é o tensionamento existente entre a luta pelo direito à educação e os interesses privatistas neste setor. A imposição intervencionista de agentes internacionais como: BM, FMI, entre outros, no âmbito das políticas públicas, tem ocasionado o desmonte das instituições públicas de educação em favor de interesses mercadológicos de organizações privadas de ensino.

A privatização das universidades públicas e o elevado número de escolas de educação básica que hoje funcionam sob o regime de autogestão baseado na lógica administrativa público-privada, caminha nessa direção.

Portanto, na sua recém-história democrática, Guiné-Bissau enfrenta elevados índices de analfabetismo e evasão escolar por parte da população que reside em regiões rurais. E mais, nestas regiões a maior parte das mulheres é incentivada, ou, muitas vezes, proibida de frequentar a escola. Dessa forma, as mulheres são socioculturalmente educadas para abdicarem de seus estudos em detrimento da vida matrimonial.

Assim sendo, conclui-se que para a efetividade da garantia do direito social relacionado ao acesso e permanência de toda população guineense à educação pública, conforme previsto nos marcos legais analisados, há um longo caminho de construção do processo democrático a ser percorrido.

## Referências

AMONA, Dingana Paula Faia. Tchon e a identidade nacional na Guiné-Bissau. *In*: GOMES, Bruno; SILVA, Natalino Neves da (org.). **Guiné-Bissau: revolução anti-imperialista inacabada**. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022. p. 116-135.



ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. *In*: ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. **Pesquisa e educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 1986. p. 25-45.

ANEME. Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas. **Estudo Guiné-Bissau: enquadramento e perspectivas de desenvolvimento: levantamento e caracterização das empresas comerciais e industriais**. Lisboa, Portugal: ANEME, 2018. Disponível em: [https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO\\_guineBissau-1.pdf](https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO_guineBissau-1.pdf). Acesso em: 20 maio 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2011.

BURTON, Guy. Teorizando o estado e a globalização na política e políticas educacionais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 315-332, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/6386/5679>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CÁ, Lourenço Oconi. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: [https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30\\_6c08a5992a971944a74f3a44ae709981](https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_6c08a5992a971944a74f3a44ae709981). Acesso em: 27 mar. 2019.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CARDOSO, Carlos. A formação da elite política na Guiné-Bissau. Lisboa, Portugal: Centro de Estudos Africanos, 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38680294.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa**. Recife, Pernambuco: Editora UFPE, 2004. (Série Brasil & África, Coleção Pesquisas). Disponível em: <https://nigs.ufsc.br/files/2017/08/PAZ-NA-TERRA-GUERRA-EM-CASA-UFPE-final.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

CASSAMÁ, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/122090/000816228.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 out. 2019.

DURHAM, Eunice; SAMPAIO, Helena. Ensino privado no Brasil. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 19., 1995, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: NUPES, USP, 1995. p. 110-135.

ENNAFAA, Ridha. As desigualdades sociais na educação: o exemplo da educação superior. **Revista Pedagógica Brasileira**, Chapecó, n. 29, v. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1450>. Acesso em: 19 abr. 2020.

FURTADO, Alexandre Brito. **Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau: incoerências e descontinuidades**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2005. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1098/1/2005001736.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

GOMES, Bruno. **Movimentos estudantis em GUINÉ-BISSAU em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

---

GOMES, Bruno; MANÉ, Sergio Besna Dudú. Os desafios da Guiné-Bissau dentro do espaço da CEDEAO: o caso da relação internacional africana para o desenvolvimento. In: GOMES, Bruno; SILVA, Natalino Neves da (org.). **Guiné-Bissau: revolução anti-imperialista inacabada**. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022. p. 71-82. *E-book*. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/wp-content/uploads/sites/125/2022/01/E-BOOK-GUINE-BISSAU-REVOLUCAO-ANTI-IMPERIALISTA-INACABADA.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

GOMES, Bruno; SILVA, Natalino Neves da (org.). **Guiné-Bissau: revolução anti-imperialista inacabada**. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/wp-content/uploads/sites/125/2022/01/E-BOOK-GUINE-BISSAU-REVOLUCAO-ANTI-IMPERIALISTA-INACABADA.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

GUINÉ-BISSAU. República da Guiné-Bissau. Assembleia Nacional Popular. **Constituição da República**. Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1996. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaPesquisaCplp/anexo/guinebissau.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional, Ciência, Juventude e dos Desportos. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Bissau: Ministério da Educação Nacional, Ciência, Juventude e dos Desportos, 2010. Disponível em: <https://fecongd.org/pdf/crianca/LeiBasesSistemaEducativo.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação e Ensino Superior. **Plano Setorial da Educação: (2017-2025)**. Bissau: Ministério da Educação e Ensino Superior, 2017. (Mimeo).

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional, Instituto Nacional de Estatística. **Recenseamento geral da população e habitação Guiné-Bissau: III RGP/2009**, Educação e Escolarização. Bissau: INEI Guiné-Bissau, 2009. (Mimeo).

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional, Ciência, Juventude e dos Desportos. **Relatório da situação do sistema educativo para a reconstrução da escola da Guiné-Bissau Sobre Novas Bases**. Bissau: Ministério da Educação Nacional, Ciência, Juventude e dos Desportos, 2015. (Mimeo).

HARMAN, Elisabete Azevedo. O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: inocente ou culpado da instabilidade política? In: LOBO, Marina Costa; AMORIM NETO, Octavio (org.). **O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 139-170

IMPANTA, Iadira Antonio. **Mulheres guineenses na tomada de decisões políticas (1994-2014)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Sociologia) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, CE 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2279/1/IADIRA%20ANTONIO%20IMPANTA%20TCC%20Artigo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LOPES, Jose Vicente. **Cabo Verde: os bastidores da independência**. Praia-Mindelo, Portugal: Institute Camões, Centro Cultural Português, 1996.

M'BUNDE, Timóteo Saba. Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. **Almanaque de Ciência Política**, Vitória, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/almanaque/article/view/17323>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL Silvana. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 31-54, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/24114/17092>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA (OUA). **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**: Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, na sua XVI sessão ordinária realizada em Monróvia (Libéria) de 17 a 20 de julho de 1979. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>. Acesso em: 17 dez. 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 359-381, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/15.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

SALECHA, Amissão. Instituições políticas africanas: colonização como fator do seu declínio. *In*: GOMES, Bruno; SILVA, Natalino Neves da (org.). **Guiné-Bissau: revolução anti-imperialista inacabada**. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022. p. 59-70. *E-book*. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/wp-content/uploads/sites/125/2022/01/E-BOOK-GUINE-BISSAU-REVOLUCAO-ANTI-IMPERIALISTA-INACABADA.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SANÉ, Samba. Os desafios da educação na Guiné-Bissau. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 55-77, jan./jun. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/39717>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SEIDE, Tiago. Guiné-Bissau, mais de 29% das crianças em idade escolar estão fora do sistema educativo. **E-Global notícias em português**, Portugal, 06 ago. 2019. Disponível em: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-mais-de-29-das-criancas-em-idade-escolar-estao-fora-do-sistema-educativo>. Acesso em: 2 out. 2019.

SILVA, Bruno Rafael. O Islã na África do Norte e Ocidental: recepção e reinvenção (séc. VII- XIV). **Cadernos de História UFPE**, Recife, v. 9, n. 9, p. 16-38, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110084/22007>. Acesso em: 25 out. 2017.

VIEIRA TÉ, Ginelsa. **Lugar da mulher é onde ela quiser**: participação das mulheres na política em perspectiva comparada Guiné-Bissau E Cabo-Verde (1991-2018). 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Acarape, CE, 2018.